



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019
PROCESSO Nº 0918/2019

Aos 03 (três) dias do mês de outubro do ano de 2019, autorizado pelo ato de folhas (1638) do processo do Pregão Presencial nº 035/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 449/2010 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o **MUNICÍPIO DE IÚNA/ES**, através da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 10.700.103/0001-18, com sede na Av. Prefeito Antônio Lacerda, nº 79, Quilombo, Iúna/ES, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **VANESSA LEOCÁDIO ADAMI**, funcionária pública, brasileira, solteira, portadora do CPF n.º 105.842.847-05 e RG n.º 14.045.837-MG, residente e domiciliada na Avenida Deputado João Rios, nº 34, Bairro Quilombo, neste Município e pelo Prefeito Municipal, Sr. **WELITON VIRGILIO PEREIRA**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF n.º 998.381.257-68 e RG n.º 11.639-8, residente e domiciliado à Rodovia ES, nº 185, Barra da Boa Sorte, Nossa Senhora das Graças, neste Município e o **DETENTOR DA ATA**:

Empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA FILIAL**, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.729.178/0004-91, com sede na Praça Emilio Marconato, nº 1000, Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, Jaguariúna/SP, cep: 13.916-074, telefone: (19)3522-5800, endereço eletrônico: vendas@rioclarense.com.br, neste ato representada por **WALTER PROCHNOW JUNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n.º 139.498.468-59 e RG nº 22.636.117-2 SSP/SP, residente na Rua 9CJ, nº 1.101, casa 18, Condomínio Villagio Urca, Cidade Jardim, Rio Claro/SP, cep: 13.501-100.

Os preços registrados do Detentor da Ata segue em anexo (anexo 2).

Integra esta Ata de Registro de Preços o pertinente Edital de licitação e respectivos anexos, cujas disposições vinculam ambas as partes.

01 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a formação **REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS**, conforme normas e especificações do processo licitatório nº 035/2019 na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço unitário.

02 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. A existência do registro dos preços não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



2.2. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.3. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.4. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.6. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

03 - CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:

3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato/ata, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr. Rodrigo Freitas da Fonseca, matrícula nº 030090 e Francelina Mafort da Silva R. Serrano, matrícula nº 12985, nomeado por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.

3.2. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção dos produtos e respectivos locais de armazenagem, caso haja, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

3.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

3.4. A fiscalização da qualidade do (s) produto (s) ficará (ão) sob responsabilidade do Órgão gerenciador, que poderá recusar o produto (s) que não atendam as normas técnicas específicas.

3.5. A administração dispõe de noventa (90) dias, contados da data referida no item 1.2 do edital que procedeu à Ata, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços. Escoado o prazo sem convocação, o licitante vencedor não mais está obrigado a tanto.

3.6. Os preços registrados vincularão os respectivos contratados enquanto viger a Ata de Registro de Preços.



04 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária: 110003.1030300212.083.33903200000 – Ficha 053, e os empenhos, desde já autorizados pelo Ordenador de Despesa, serão feitos na medida necessária à cobertura das autorizações de fornecimento.

05 - CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA:

5.1. As condições de execução do objeto serão conforme informadas no anexo 1 deste termo.

5.2. A ata de registro de preços vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua publicação resumida no Diário Oficial do Estado, vedada sua prorrogação.

5.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços que poderão ser formalizadas pelos instrumentos subsidiários tratados no art. 62 da Lei nº 8.666/93, desde que observadas as condições pertinentes vigorarão do recebimento da autorização de fornecimento pelo contratado até o pagamento por parte da Administração, observadas a forma de fornecimento.

5.4. Encerrada a vigência da Ata, é vedada a formalização de novas contratações dela decorrentes.

5.4.1. Encerrada a vigência da Ata, seu subscritor não poderá receber novas autorizações de fornecimento, ainda que datadas e expedidas antes do vencimento da Ata.

06 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1. Aos licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiveram a proposta, falharem na execução da ata de registro de preços, comportarem – se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem qualquer espécie de fraude, serão aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% calculado sobre o valor da ata de registro de preços, pelo descumprimento de qualquer cláusula da ata de registro de preços, exceto prazo de entrega;

d) Multa 1% por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelo licitantes, limitado a 15%, pelo não cumprimento do prazo de assinatura da ata, calculada pela fórmula:

$$M = 0,01 \times C \times D$$

Onde:

M = Valor da Multa,

C = Valor da ata

D = Número de dias de atraso



6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato/ata no prazo de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato/ata;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

6.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

07 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

08 - CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- 8.1.2. Designar servidor para acompanhar a execução desta Ata;
- 8.1.3. Gerenciar a ata até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações dos subscritores da Ata:

- 8.2.1. Fornecer os produtos registrados na forma prevista nesta Ata.



8.2.2. Comprometer-se a entregar os produtos na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Iúna.

8.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Setor responsável pelo recebimento e fiscalização.

8.2.4. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.5. Garantir a entrega do material durante todo período de vigência da ata.

09 - CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nos seguintes casos:

9.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

9.1.1.1. Não cumprir a exigências da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

9.1.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

9.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências da Ata de Registro de Preços:

9.1.3. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

9.1.4. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula sexta deste instrumento.

9.1.5. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores.

9.1.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na Imprensa Oficial, considerando cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

9.1.7. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado, deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO:

10.1. Quando houver necessidade de aquisição de produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento.

10.2. A Administração poderá prorrogar o prazo de recebimento da ordem de fornecimento, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.



11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Eleggem o Foro da Comarca de Iúna - ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

11.2. Fazem parte desta Ata de Registro de Preços o Edital de Licitação e seus anexos, acrescido das informações obtidas no certame licitatório, relacionadas no Anexo 2.

Esta Ata é integrada dos seguintes anexos:

I – Anexo 1 – Termo de referência;

II – Anexo 2 – Preços registrados pelo detentor da ata.

Iúna/ES, 04 de outubro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Vanessa Leocádio Adami - Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA

Weliton Virgílio Pereira - Prefeito Municipal

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA FILIAL

Walter Prochnow Junior / ou procurador legalmente habilitado



ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de MEDICAMENTOS, destinados a suprir a demanda da Farmácia Básica Municipal, através de Processo Licitatório de Ata de Registro de Preços, conforme especificações detalhadas constantes neste Termo de Referência.

1.2. A relação completa dos lotes/itens consta no anexo 2.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Considerando o dever da Administração Pública Municipal, prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, para que seja mantida a eficiência dos serviços prestados à população residente no município, se faz necessária a aquisição de medicamentos para suprir a demanda da Farmácia Básica Municipal.

3. FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. A contratação de pessoa jurídica para a execução das atividades acima mencionadas observará as normas e procedimentos administrativos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e em suas alterações.

4. DOS MATERIAIS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES:

4.1. A contratação objeto do presente Termo de Referência consiste basicamente em:

4.1.1. Do menor preço por item, conforme Pedido de Compra nº 004/2019.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

5.1. A contratada será informada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da data prevista para entrega, através da Autorização de Fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento.

5.2. A contratada deverá transportar e descarregar todo material, bem como recolher qualquer produto que possua algum acidente nas embalagens sem acarretar nenhum tipo de custo extra à Prefeitura Municipal de Iúna, ficando o Município livre de quaisquer responsabilidades.

5.3. Os produtos deverão estar lacrados em perfeito estado, como informações presentes nas descrições dos mesmos, o prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 18 (dezoito) meses, a partir da data de entrega.

5.4. A contratada deverá entregar os materiais em um prazo não superior a 15 (quinze) dias após a emissão e entrega de autorização de fornecimento, esta entrega será acompanhada por fiscal de contrato devidamente nomeado pelo Gabinete do Prefeito através de Portaria.

5.5. A contratada deverá emitir NFE (Nota Fiscal Eletrônica), que será entregue junto com os materiais ao servidor responsável pelo recebimento, bem como comprovantes de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, FGTS e com a Justiça do Trabalho.



5.6. Forma de entrega: PARCELADA.

5.7. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os materiais não atendam às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando a Licitante a refazê-lo, observando as condições estabelecidas para a sua prestação, caso contrário, a contratada estará sujeita às penalidades legais cabíveis.

5.8. A contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para o fornecimento do produto, contado a partir do recebimento da autorização de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Gestão, sendo que os materiais deverão ser entregues na Farmácia Básica Municipal, próximo a Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Prefeito Antônio Lacerda, nº 79, Centro – Iúna/ES, telefone (28) 3545-4751.

5.9. A empresa vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos à Secretaria de Saúde do Município, os seguintes documentos:

5.9.1. Comprovante de qualidade e identidade de cada lote de medicamento;

5.9.2. Laudo técnico de controle de qualidade dos lotes fornecidos, expedidos pela empresa produtora titular do registro no Ministério da Saúde, se este for o Licitante ou distribuidor;

5.9.3. Laudo do fabricante traduzido para o idioma português ou Laudo emitido por Laboratório integrante da Rede de laboratórios analíticos – certificadores em saúde – REBLAS, para os casos de importadora e de produtos importados;

5.9.4. Certidão do Registro do Produto no Ministério da Saúde, de cada item contratado, conforme legislação vigente da Secretaria de Vigilância sanitária e Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial, sendo esta legível, sem rasuras ou emendas com validade prevista em Lei;

5.9.5. Comprovação de autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em nome da proponente (fabricante, distribuidor ou representante) conforme Portaria nº 3.716/98;

5.9.6. Comprovação de Autorização de Funcionamento Especial no caso do produto estar classificado como substância de controle especial constante na lista da Portaria nº 344/98;

5.9.7. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, referente aos produtos objeto da licitação;

5.9.8. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e controle emitido pela autoridade sanitária do país de origem, traduzido em língua portuguesa e visada pela Secretaria de Vigilância Sanitária, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, para os casos de produto importado;

5.9.9. Certificado da Realização de testes de Bioequivalência e Biodisponibilidade conforme estabelecido pela Lei 9.787/99 e Resolução ANVS 391/99, a critério da Secretaria Municipal de Saúde e quando se fizer necessário;

5.10. O fornecedor deverá comprovar, a cada remessa/fornecimento, que os medicamentos foram fabricados durante o período de vigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação.

5.11. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação, devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO".



6 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- 6.1. A execução deste instrumento será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração, que deverá atestar a execução do objeto, observado às disposições desta Ata, sem o que não será permitido qualquer pagamento.
- 6.2. A ata de registro de preços vigorará por um ano, a contar de sua publicação resumida na imprensa oficial, vedada sua prorrogação.
- 6.3. Os preços registrados vincularão os respectivos proponentes enquanto vigor a Ata de Registro de Preços.
- 6.4. Os preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros entre outros, e que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os produtos, não podendo posteriormente reivindicar nenhum tipo de pagamento extra.
- 6.5. A existência de preços registrados não obriga o Município de Iúna a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

- 7.1. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção dos produtos, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.
- 7.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.
- 7.3. A fiscalização da qualidade do (s) material (s) ficará (ao) sob responsabilidade do Órgão gerenciador, que poderá recusar o material (s) que não atender as normas técnicas específicas.
- 7.4. A contratação terá como agentes fiscalizadores os servidores Rodrigo Freitas da Fonseca, matrícula nº 030090 (titular) e Francelina Mafort da Silva R. Serrano, matrícula nº 12985 (suplente), localizados na Secretaria Municipal de Saúde, que deverão acompanhar todo o processo licitatório para a pretensa contratação.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das Dotações Orçamentárias fornecidas previamente pelo Setor de Contabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE CONTRATOS

ANEXO - TERMO Nº 000110/2019 - SEQUÊNCIA Nº000000528

Origem	Pregão Presencial Nº 000035/2019		Processo	000918/2019			
Contrato	Termo Nº 000110/2019						
Empresa	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL						
CNPJ	CNPJ: 67.729.178/0004-91						
Endereço	Praça EMÍLIO MARCONATO, 1000 - NUCLEO RESIDENCIAL DOUTOR JOAO ALDO NASSIF - JAGUARIÚNA - SP - CEP: 13916074						
Secretaria	00005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
Local	00510 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Item	Lote	Especificação	Marca	UN	Quant	Unitário	Valor Total
001	009	AMBROXOL 15MG/5ML	FARMACE	FR	2000,00	1,48	2.956,00
059	038	CARBAMAZEPINA SOLUCAO 20MG/ML	SANVAL	FR	1000,00	9,89	9.890,00
074	055	COMPLEXO B COMPRIMIDOS	VITAMED	COMP	60000,00	0,04	2.160,00
129	133	PREDNISONA 20 MG	SANVAL	COMP	10000,00	0,15	1.480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:							16.486,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:							16.486,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL:							16.486,00

Pregão Presencial
Nº 100/2019
Registro de Preços

O Município de Guaçuí-ES, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, em sua sede à Praça João Acacinho, 01, Centro, Guaçuí-ES, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no dia 23/10/2019 às 09h, em conformidade com a Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a **aquisição de brinquedos para parquinho de madeira**, solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, contendo item exclusivo, item com reserva de cota de até 25% para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e correlatos. O protocolo dos envelopes será até às 08h30min; o credenciamento e a abertura dos envelopes será a partir das 09h do dia 23/10/2019. O Edital poderá ser adquirido através do site: www.guacui.es.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação no horário de 08h às 11h e das 13h às 17h, ou pelo telefone (28) 3553-4938, de segunda a sexta-feira.

Guaçuí-ES, 09 de outubro de 2019.

Ronaldo dos Santos Pimenta
Pregoeiro - PMG
Protocolo 531059

Guarapari

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Município de Guarapari-ES torna público a ABERTURA da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2019 - PROCESSO Nº: 18233/2019**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICO PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**
Início Do Acolhimento Das Propostas: **Às 08:00 Horas Do Dia 23/10/2019**
Limite Para Acolhimento Das Propostas: **Às 08:00 Horas Do Dia 24/10/2019**
Data E Horário Da Abertura Das Propostas: **Às 08:00 Horas Do Dia 24/10/2019**
Data E Horário De Abertura Da Sessão Pública: **Às 09:30 Horas Do Dia 24/10/2019**

Edital através do site do Banco do Brasil, ou pelo site eletrônico: www.guarapari.es.gov.br
E-mail: copel@guarapari.es.gov.br

Guarapari/ES, 10 de outubro de 2019

Luciane Nunes de Souza
Pregoeira
Protocolo 530799

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Município de Guarapari-ES torna público a ABERTURA da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2019, CUJO OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A OBRA DE CONTRUÇÃO E REFORMA DA FEIRA DO PRODUTOR, EM ATENDIMENTO A SEMOP.**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: ÀS 09: hs do dia 11 de novembro de 2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 21.186/2019
REGIME: EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
TIPO: MENOR PREÇO

Edital através do site eletrônico: www.guarapari.es.gov.br
E-mail: copel@guarapari.es.gov.br

Guarapari/ES, 10 de outubro de 2019
LUCIANE NUNES DE SOUZA
Presidente da Copel
Protocolo 530939

Ibitirama

AVISO DE RESULTADO DE DISPUTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2019

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibitirama - ES, constituída pelo Decreto nº 085/2019, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado de disputa do PREGÃO ELETRÔNICO 039/19.

OBJETO: Registro de Preços para possível fornecimento de medicamento injetável para o pronto atendimento municipal.

Arrematante: "DMC Distribuidoras Comércio de Medicamentos Eireli", no Lote 6 no valor total de 10.916,80 e Lote 32 no valor total de R\$ 635,00; "Proativa Hospitalar Eireli", no Lote 15 no valor total de R\$ 1.950,00, Lote 22 no valor total de R\$ 3.696,00, Lote 24 no valor total de R\$ 28.080,00 e Lote 28 no valor total de R\$ 7.709,00

Lotes Fracassados: 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 16, 17, 18 e 29.
Lotes Cancelados: 7, 8, 9, 10, 14, 20, 23, 25, 27 e 31.
Lotes desertos: 13, 19, 21, 26 e 30.

Ibitirama - ES, 09 de outubro de 2019.
JOSIMAR XAVIER DA COSTA
Pregoeiro
Protocolo 530769

AVISO DE LICITAÇÃO SUSPENSADA

A Prefeitura Municipal de Ibitirama torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO 040/2019**, objetivando a Contratação de

empresa especializada em revisão e elaboração de planta genérica de valores do município de Ibitirama - ES, com abertura prevista para o dia 10 de outubro de 2019 às 13h:00min foi "**SUSPENSO**", para análise e julgamento de Impugnação do Edital. Resolvido todos os tramites legais, será publicado nova data e horário para disputa do mesmo.

Ibitirama - ES, 09 de outubro de 2019.

JOSIMAR XAVIER DA COSTA
Pregoeiro
Protocolo 530765

Iúna

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 110/2019. Partes: Mun. Iúna X Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda Filial. Objeto: Registro de Preços de registro de preços de medicamentos. Vigência de 12 meses a partir da publicação. Valor total: R\$16.486,00. Os preços registrados encontram-se disponíveis no site www.iuna.es.gov.br.

WELITON VIRGILIO PEREIRA
PREFEITO
VANESSA LEOCÁDIO ADAMI
SECRETÁRIA DE SAÚDE
Protocolo 530854

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 115/2019. Partes: Mun. Iúna X Golden Farm Distribuidora Ltda. Objeto: Registro de Preços de registro de preços de medicamentos. Vigência de 12 meses a partir da publicação. Valor total: R\$4.200,00. Os preços registrados encontram-se disponíveis no site www.iuna.es.gov.br.

WELITON VIRGILIO PEREIRA
PREFEITO
VANESSA LEOCÁDIO ADAMI
SECRETÁRIA DE SAÚDE
Protocolo 530856

Itapemirim

O MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM - ES, através da CPL, torna público que fará realizar **CRENCIAMENTO Nº 004/2019**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL SUBSIDIADO (25%) PARA EMBARCAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM, CONFORME LEI nº 3.123, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018 E SUAS ALTERAÇÕES COM PROPRIEDADES E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA ANP.

DATA: A partir 25/10/2019 às 09:30min.

LOCAL: Sala de licitações da CPL, na Prefeitura Municipal de Itapemirim, à Pç Domingos José Martins, s/nº, centro, ITAPEMIRIM - ES. Os interessados poderão obter o edital através do site: www.itapemirim.es.gov.br

es.gov.br. Maiores informações serão prestadas através da CPL, no local, através do FONE: (28) 3529-6063, ou ainda pelo e-mail: licita_pmi@hotmail.com.

Itapemirim-ES, 09/10/2019
DELCEINEA R. DA SILVEIRA
Presidente CPL
Protocolo 530937

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº.023993/2019
PREGÃO PRESENCIAL 000087/2019 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA E DESENV. RURAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM - ES

CONTRATADA(S):

ATA Nº. 000208/2019 - AGROSHOW AGROPECUARIA LTDA, 08.725.008/0001-27, estabelecida na RUA MARGARETH CASTELIANO, S/N - ESPLANADA - MARATAIZES - ES - CEP: 29345000, classificada para os itens nºs. 01 e 02, no valor total de 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais);

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano, a contar do dia posterior à data de sua primeira publicação.

ITAPEMIRIM-ES, 07/10/2019
THIAGO PEÇANHA LOPES
Prefeito Municipal em exercício
Protocolo 530714

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº.002051/2019
PREGÃO PRESENCIAL 000015/2019 - SEC. MUN. DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM - ES

CONTRATADA(S):

ATA Nº. 000114/2019 - PRIME MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA ME, 12.082.502/0001-98, estabelecida na RUA ANTONIO GERMANO BUTTERS, 288 - CENTRO - ESPERA FELIZ - MG - CEP: 36830000, classificada para os itens nºs. 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 29, 32, 33, 36, 38 e 124, no valor total de 38.379,55 (trinta e oito mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos);

ATA Nº. 000115/2019 - TEC BRASIL LTDA - EPP, 02.360.051/0001-50, estabelecida na AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 2764 - JESUS DE NAZARETH - VITORIA - ES - CEP: 29052014, classificada para o item nº.122, no valor total de 39.999,99 (trinta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos);

OBJETO: Eventual aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para suprir as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMIRIM..

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano, a contar do dia posterior à data de sua primeira publicação.

ITAPEMIRIM-ES, 31/05/2019
THIAGO PEÇANHA LOPES
Prefeito Municipal em exercício
Protocolo 530729